



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

Uma discussão sobre a noção de Desenvolvimento em Marx a partir de seus escritos sobre a Índia

BRUNO DANTAS NADKARNI

Matrícula nº 108 019 698

Orientador: Prof. Alexis Saludjian

OUTUBRO DE 2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

Uma discussão sobre a noção de Desenvolvimento em Marx a partir de seus escritos sobre a Índia

BRUNO DANTAS NADKARNI

Matrícula nº 108 019 698

Orientador: Prof. Alexis Saludjian

OUTUBRO DE 2018

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor

RESUMO:

Esta monografia tem como objetivos gerais contribuir para as discussões acerca do Desenvolvimento Econômico, da História do Pensamento Econômico e da História Econômica. Seu objetivo específico será o de explorar a dimensão em que os escritos de Marx sobre a Índia – considerados em toda a sua natureza conjuntural – oferecem elementos para o aprofundamento da compreensão da noção de Desenvolvimento expressa pelo autor em sua obra. Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia adotada será a de explorar os textos do autor cuja temática esteja relacionada à Índia e ao tema de Desenvolvimento. A presente monografia se divide como segue: Um primeiro capítulo no qual abordaremos inicialmente o conceito de Modo de Produção Asiático e, num segundo momento, apresentaremos os textos do autor que utilizaremos adiante. Um segundo capítulo no qual exploraremos a discussão a respeito das noções de unilinearidade, determinismo e homogeneidade na visão de Desenvolvimento extraída dos textos em questão e, finalmente, detalhar o debate a respeito do caráter desigual e combinado do Desenvolvimento na obra do autor.

SUMÁRIO

Introdução Geral	6
Capítulo I – Marx sobre a Índia em 1853	9
a) Marx e a Índia: uma discussão restrita sobre o Modo de Produção Asiático	9
b) Contexto da publicação dos textos de Marx sobre Índia	10
c) Uma apresentação dos textos	10
d) Argumento	11
Capítulo II – Debates em torno dos artigos de Marx sobre a Índia	15
a) Marx e a Índia: uma discussão sobre o desenvolvimento das forças produtivas	15
b) Desenvolvimento e Subdesenvolvimento a partir da discussão de Marx sobre a Índia	19
Conclusão Geral	24
Bibliografia	26

Introdução Geral

Em resposta a um convite feito pela Oxford Union Society – uma prestigiosa sociedade ligada à Universidade de Oxford que periodicamente promove círculos de debate com a participação de proeminentes figuras da política internacional desde 1823 – o ex-Ministro de Estado e atual Membro do Parlamento indiano Dr. Shashi Tharoor proferiu um apaixonado discurso no qual reclamou o pagamento de reparações por parte do Reino-Unido em benefício do povo Indiano em razão dos dois séculos durante os quais aquele país teve sua economia submetida ao domínio colonial britânico. Embora não tenha se debruçado sobre a tarefa de estabelecer montantes particulares para tais reparações, o discurso de Tharoor sublinhou o caráter destrutivo e extrativo do regime para denunciar os prejuízos econômicos por ele provocados e, em permanecendo durante várias semanas entre os trending topics da rede social Twitter na Índia, reacendeu um debate antigo acerca dos desdobramentos do colonialismo britânico.

O mais recente censo populacional estabelece que a população indiana alcança atualmente o estonteante patamar de 1,21 bilhão de habitantes e apesar das taxas de crescimento do PIB per capita observadas desde a independência sejam de fato mais elevadas, a parcela da população vivendo abaixo da linha nacional de pobreza é hoje de 21,9% – um número que, apesar de elevado, constitui motivo de celebração, considerando que a mesma taxa observada no início do período era de 45,3%. Esses números impressionantes já seriam suficientes para sublinhar a importância da História Econômica Indiana na História Econômica universal, mas a partir de meados do século XVIII essa reflexão passa a assumir um nível de significância mais elevado: subjugada pela primeira nação industrializada do planeta, ela passou a representar o caso clássico de remodelamento de uma economia pré-moderna.

Naturalmente, o debate acerca dos impactos econômicos da experiência colonial/imperial britânica sobre a Índia não é recente. A questão foi levantada pela primeira vez em 1778 por Edmund Burke – Membro do Parlamento Britânico na segunda metade do século XVIII e, mais tarde, Reitor da Universidade de Glasgow – que, à ocasião conduziu um complexo processo parlamentar contra a Companhia das Índias Orientais que levou, em 1794 ao impeachment de Warren Hastings – Governador Geral

da Índia em nome da empresa – sob acusações de corrupção e administração ineficiente da economia indiana.

No contexto da discussão sobre os efeitos do colonialismo europeu cuja era se iniciou justamente neste período, enquanto boa parte da literatura mais antiga a respeito do tema retrate as grandes nações asiáticas como estagnadas e empobrecidas desde a Idade Média, estudos mais recentes dão conta da existência de sociedades avançadas, mercados eficientes e – no caso indiano – até mesmo de uma proto-indústria em níveis de dinamismo semelhante aos observados no Noroeste europeu e que engendraram a Revolução Industrial na Grã-Bretanha. Dados indicam que a produção industrial Indiana sob o Império Mogol representava cerca de 25% do total mundial em meados do séculos XVIII.

Dados relativos à distribuição ocupacional descrevem uma economia cuja participação do segundo e terceiro setores era de 48% da população; a parcela urbana da população representava 18% e contribuía com 52% da produção – números bem superiores até mesmo aos observados na Grã-Bretanha e também na Índia do início do século XX. Relatos de viagem contemporâneos e importantes obras de história econômica recorreram a dados de comércio internacional das Companhias das Índias Orientais Europeias atribuem à região de Bengala ao menos metade de toda a produção industrial daquele Império, destacando a importância de pujantes e modernas indústrias, notadamente as indústrias têxteis de algodão e seda e de construção naval, entre outras. Não apenas os têxteis Indianos constituíam o mais importante produto manufaturado do comércio internacional como eram consumidos em larga escala nos quatro cantos do mundo, das Américas ao Japão. Analogamente, dados indicam que a produção da indústria de construção naval Bengali dos séculos XVII e XVIII foi superior à Britânica, Holandesa e Norte-americana somadas.

Curiosamente, depois de pouco mais de 100 anos de domínio britânico na Índia inaugurado em 1757, quando a Companhia das Índias Ocidentais Britânica formaliza a sua posição de domínio sobre Bengala, a produção industrial indiana havia inequivocamente perdido seu dinamismo, passando a representar não mais que 2,8% da produção mundial: tendo perdido o seu mercado internacional e também boa parte de seu mercado nacional de têxteis de algodão, na segunda metade do século XIX a Índia já se

encontrava impossivelmente distante do protagonismo que exerceu nos milênios anteriores.

Esta monografia tem como objetivos gerais contribuir para as discussões acerca do Desenvolvimento Econômico, da História do Pensamento Econômico e da História Econômica. Seu objetivo específico será o de explorar a dimensão em que os escritos de Marx sobre a Índia – considerados em toda a sua natureza conjuntural – oferecem elementos para o aprofundamento da compreensão da noção de Desenvolvimento expressa pelo autor em sua obra.

Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia adotada será a de explorar os textos do autor cuja temática esteja relacionada à Índia e ao tema de Desenvolvimento.

A presente monografia se divide como segue:

Um primeiro capítulo no qual abordaremos primeiro o conceito de modo de produção asiático e, num segundo momento, apresentaremos os textos do autor que utilizaremos adiante.

Um segundo capítulo no qual exploraremos a discussão a respeito das noções de unilinearidade, determinismo e homogeneidade na visão de Desenvolvimento extraída dos textos em questão e, finalmente, detalhar o debate a respeito do caráter desigual e combinado do Desenvolvimento na obra do autor.

Capítulo I – Marx sobre Índia em 1853.

- a) Marx e a Índia: uma discussão restrita sobre o Modo de Produção Asiático.

Os primeiros escritos de Marx sobre a sociedade indiana pré-colonial datam de Junho de 1853 e estão contidos em uma carta enviada a Engels sobre o assunto. Como parte de um esforço para explicar as políticas coloniais britânicas e seus efeitos sobre a Índia, mais tarde no mesmo mês, Marx publica o primeiro de uma série de artigos sobre a Índia no New York Daily Tribune. É nesses artigos que Marx começa a delinear o que nos anos seguintes chamaria de Modo de Produção Asiático em O Capital, mas mais notavelmente nos Grundrisse.

In the following months and years he was to return to the subject many times, notably in articles sent to the New York Daily Tribune and in the Contribution to the Critique of Political Economy. It was in the Grundrisse, however, that this idea was most fully developed, under the heading “Pre-capitalist forms of production”. (MANDEL, 1971, p. 116)

As anotações que hoje conhecemos como os Grundrisse não foram publicadas em vida por Marx. Considerando que o tema não despertou interesse dos pensadores da Europa Ocidental, os desdobramentos da obra de Engels posteriores à morte de Marx relegaram os estudos deste último a respeito das sociedades não-europeias ao virtual abandono. Este abandono foi aprofundado com a Stalinização e a concentração do estudo dos modos de produção em Marx em torno da teoria segundo a qual toda a humanidade teria passado pelos mesmo quatro estágios do desenvolvimento: o comunismo primitivo, a escravidão, o feudalismo e o capitalismo. Com a morte de Stalin em 1953 e os avanços das descobertas históricas sobre as sociedades pré-coloniais da periferia – que expuseram a inconsistência com a realidade da teoria dos quatro estágios universais – tais estudos puderam voltar a se organizar em torno da exploração dos textos de Marx a respeito do tema, em particular depois das primeiras traduções para os idiomas Francês e Inglês a partir da década de 1960. Esses estudos engendraram uma variedade de debates a respeito da noção de desenvolvimento em Marx e nós seguiremos nossa análise utilizando os escritos de Marx sobre a Índia como pano de fundo.

b) Contexto da publicação dos textos de Marx sobre Índia

Em seus anos de juventude, Marx dedicou boa parte de seu tempo ao estudo de Filosofia e à ideia do Socialismo. Em 1848, às vésperas da eclosão de uma série de Revoluções de natureza democrática e liberal, escreveu o Manifesto Comunista em colaboração com Engels. No contexto dessas revoluções que ficaram conhecidas como Primavera dos Povos, se lançou em campanhas de agitação política, visando em particular a classe trabalhadora de cujo mundo estava sendo virado de ponta-cabeça pela rápida incorporação de inovações tecnológicas à produção industrial. Depois de terem se alaistrado por dezenas de países, essas revoluções sofreram com a falta de coordenação ou cooperação entre a liderança de seus movimentos. Muito embora tenham conseguido alcançar significativas e duradouras conquistas pontualmente, além de terem sido derrotadas, suas derrotas marcaram a ascensão de uma onda de reação conservadora e repressiva por parte dos governos europeus – no que diz respeito ao caso de Marx, principalmente em relação à liberdade de expressão.

É nesse contexto que, depois de ter sido de uma forma ou de outra expulso de Colônia, Paris, Bruxelas (sendo no caso das duas últimas, duas vezes cada) em virtude de suas atividades políticas e jornalísticas consideradas perigosas e subversivas, Marx encontra refúgio em Londres em 1850 na condição de exilado apátrida, na companhia de sua família. Esse período de sua biografia é marcado pela sua intensa dedicação a atividades revolucionárias, fato que traz consigo o peso de severas dificuldades financeiras. É nesse contexto que Marx acaba aceitando o posto de correspondente jornalístico para o *New York Daily Tribune* (HABIB, 2006).

c) Uma apresentação dos textos

De Junho de 1853 até Setembro de 1861, Marx escreveu um relevante número de artigos para o *New York Daily Tribune* nos quais fez importantes observações a respeito da Índia, muito embora os mais célebres e mais seminais desses artigos sejam *The British Rule in India* e *The Future Results of British Rule in India* – ambos de 1853. Posicionamentos importantes adicionais também podem ser identificados em

comunicação epistolar om Engels ao longo do período em questão¹. Ademais, podemos destacar que a Índia também surge como tema nos *Grundrisse* – cujos manuscritos datam de 1857-1858 – e mais notadamente no *Capital*, Vol I., além da discussão a respeito do Modo de Produção Asiático.

Grande parte do brilhantismo da análise de Marx reside justamente na sua capacidade de evoluir e de se desdobrar de maneira perspicaz na medida em que se expunha a acontecimentos e dados históricos ou em que recebia encomendas das mais variadas temáticas. Apesar de não constituir um tema de relevância e popularidade centrais na análise econômica de Marx, as referências diretas e indiretas à Índia se espalham por quase 30 dos mais profícuos anos de sua produção textual, além de terem servido tanto como estopim como de pano de fundo para uma plethora de discussões na História do Pensamento Econômico. No entanto, nos limitaremos aqui a fazer a leitura destes textos a partir da ótica das discussões por eles engendrados no campo do Marxismo em torno da temática do Desenvolvimento.

d) Argumento

Foi em seus artigos sobre a Índia em 1853 que Marx abordou os acontecimentos na Índia pela primeira vez em sua obra. Foi nesses artigos que o autor desenvolveu uma visão a respeito da sociedade indiana encontrada pelos britânicos quando lá chegaram que pode ser sintetizada na forma de um sistema social de características peculiares que o autor começa a desenhar justamente nestes dois artigos sobre a Índia. Esse sistema fica evidente no trecho a seguir:

These two circumstances—the Hindoo, on the one hand, leaving, like all Oriental peoples, to the Central Government the care of the great public works, the prime condition of his agriculture and commerce, dispersed, on the other hand, over the surface of the country, and agglomerated in small centers by the domestic union of agricultural and manufacturing pursuits — these two circumstances had brought about since the remotest times, a social system of particular features—the so called

¹Aqui em MARX, K. 1977.

village system, which gave to each of these small unions their independent organization and distinct life. (MARX, 2007a, p. 216)

Esse sistema de comunidades aldeãs que – mais tarde viria a engendrar formulações mais aprofundadas sob o título do Modo de Produção Asiático – era, portanto, caracterizado em Marx pela combinação da inexistência de propriedade privada da terra, da existência de um Governo Central capaz de oferecer estrutura de irrigação para o desenvolvimento de uma agricultura autossuficiente, e de uma indústria doméstica de fios de tecido e têxteis, baseada numa divisão do trabalho hereditária e no virtual isolamento entre aldeias e vilarejos. Tais características seriam a causa de uma estagnação social de duração milenar.

Marx aprofunda a sua análise do sistema de comunidades aldeãs sublinhando o fato de que seria marcado por uma complexa fragmentação, que se manifesta em dimensões política, religiosa, de castas, etc. Essas características sublinham a característica resiliente das comunidades aldeãs indianas e é a partir delas que Marx afirma que a história do Hindustão não seria nada mais do que a história da sucessão de ocupações de estrangeiros invasores.

É dessa formulação que estabelece a sociedade indiana pré-colonial como sendo estagnada que decorre a faceta da visão de Marx que, em maior ou menor medida, dá boas-vindas ao advento do colonialismo britânico, acreditando que ele havia chegado à Índia trazendo consigo as convulsões e contradições sociais necessárias para tirar a sociedade indiana de sua rotina milenar de imutabilidade. Nesse sentido, classificou o domínio britânico sobre a Índia como constituindo a “ferramenta inconsciente da história”² na medida em que foi o único acontecimento social capaz de dissolver as estruturas do sistema de comunidades aldeãs. Essa dissolução teria se dado por meio da introdução da propriedade privada da terra por um lado, abalando as estruturas milenares da agricultura, e por outro pela introdução de têxteis produzidos industrialmente.

These small stereotype forms of social organism have been to the greater part dissolved, and are disappearing, not so much through the brutal interference of the

² Referência a MARX, 2007a, p. 219

British tax-gatherer and the British soldier, as to the working of English steam and English free trade. Those family-communities were based on domestic industry, in that peculiar combination of handweaving, hand-spinning and hand-tilling agriculture which gave them self-supporting power. English interference having placed the spinner in Lancashire and the weaver in Bengal, or sweeping away both Hindoo spinner and weaver, dissolved these small semi-barbarian, semi-civilized communities, by blowing up their economical basis, and thus produced the greatest, and to speak the truth, the only social revolution ever heard of in Asia. (MARX, 2007a, p. 216)

Assim, o autor formula a sua teoria da dupla missão do capital britânico – uma missão destrutiva e ao mesmo tempo regenerativa – dado que ele estaria derrubando a velha malha social Asiática por um lado e assentando as fundações para o florescimento da sociedade ocidental na Ásia por outro lado (MARX, 2007b, p. 220).

O autor também já identificava o assentamento das fundações de um capitalismo moderno como um proceso em curso, a saber, destacando: que a dominação britânica teria trazido à Índia unidade política e extensão territorial nunca antes alcançados; a formação de um exército nacional treinado nos moldes ocidentais; o ambiente de liberdade de imprensa; a introdução da propriedade privada da terra; o sistema de educação ocidental visando o treinamento de uma classe de servidores públicos nativos³; a integração às rotas de comércio globais. Entre os sinais desse assentamento das fundações para o desenvolvimento de um capitalismo moderno, Marx dá especial destaque ao papel desempenhado pela implantação das ferrovias que, segundo ele – considerando que aquela era uma região provida de reservas tanto de aço quanto de carvão – desempenharia um papel seminal do ponto de vista da criação de demandas que viabilizariam o desenvolvimento de uma cadeia industrial em seu entorno.

But when you have once introduced machinery into the locomotion of a country, which possesses iron and coals, you are unable to withhold it from its fabrication. You cannot maintain a net of railways over an immense country without introducing all those industrial processes necessary to meet the immediate and

³ e que vieram a ser a grande força de trabalho da exploração das colônias britânica no sul da África, nas Guianas e no Caribe.

current wants of railway locomotion, and out of which there must grow the application of machinery to those branches of industry not immediately connected with railways. The railway-system will therefore become, in India, truly the forerunner of modern industry. (MARX, 2007b, pp. 222-223)

Não é sem apontar para os sofrimentos causados e para os custos envolvidos nessas transformações sociais no ponto de vista humanitário que Marx chega a essas conclusões. Em diversas passagens Marx os sublinha e denuncia como resultantes da vil exploração britânica:

This loss of his old world, with no gain of a new one, imparts a particular kind of melancholy to the present misery of the Hindoo, and separates Hindostan, ruled by Britain, from all its ancient traditions, and from the whole of its past history. (MARX, 2007. p. 214)

Neste capítulo, nos dedicamos a uma apresentação da abordagem feita por Marx em sua análise sobre a Índia, tratando primeiro da formação do Modo de Produção Asiático, central no debate sobre o assunto. Fizemos também uma apresentação dos textos de Marx sobre a Índia sobre os quais nos interessaremos primordialmente neste estudo. A saber: *The British Rule in India* e *The Future Results of the British Rule in India*. Apresentamos o contexto em que esses textos foram escritos em relação à evolução da obra do autor e também em relação aos acontecimentos históricos da época e finalmente apresentamos os principais argumentos contidos nesses dois textos.

Exploraremos a seguir alguns debates nos quais os dois artigos sobre a Índia representam especial relevância.

Capítulo II – Debates em torno dos artigos de Marx sobre a Índia

As discussões desenvolvidas em AUGUSTO, A. G. et al. (2015) e DE PAULA (2015) abarcam discussões sobre a noção de desenvolvimento que extrapolam o escopo deste trabalho. Esses autores buscam navegar as variadas interpretações da complexa obra de Marx, explorando as nuances feitas pelo autor no que diz respeito à natureza e às dinâmicas assumidas por esses processos de desenvolvimento das forças produtivas e de evolução histórica das formações sociais. A saber: uma interpretação difusionista do capitalismo associada a uma visão unilinear da história e os desdobramentos lógicos de sua obra que permitem chegar a uma interpretação do desenvolvimento como um processo multilinear e não determinístico.

Ambas as abordagens jogam luz sobre a relevância da exploração deste tema dentro da obra de Marx para os dias atuais e é a essa tarefa que nos dedicaremos a seguir.

a) Marx e a Índia: uma discussão sobre o desenvolvimento das forças produtivas.

O objetivo desta subseção será o de mostrar de que maneiras e a partir de que perspectivas os dois artigos apresentados no capítulo anterior retratam uma relevante discussão em torno da noção de desenvolvimento das forças produtivas. Buscaremos a partir dos textos caracterizar os pontos chave desta discussão.

Primeiro, abordaremos a discussão sobre o caráter ahistórico da sociedade indiana, estagnada, imune a transformações vindas de dentro. Marx sustenta essa visão de estagnação detalhando o sistema de castas como sistema de divisão do trabalho hereditária. O autor formula o funcionamento de um Estado despótico hipertrofiado e explorando o funcionamento de uma união doméstica entre agricultura e indústria para fundamentar tal estagnação milenar. O autor, nesses textos, formula portanto uma visão segundo a qual o advento do colonialismo seria, um acontecimento necessário: uma ferramenta da história.

O primeiro aspecto característico das sociedades asiáticas a aparecer na obra de Marx é o caráter despótico e hipertrofiado do Estado (MARX 2007a, 2007b). Esse

aspecto, segundo o autor, seria derivado do fato de que o cultivo em larga escala das vastas e áridas terras da região impunham desafios de irrigação e construção de canais impossíveis de serem superados por aldeias, seja individualmente ou em associação. Tal desafio levaria inexoravelmente à formação de uma estrutura administrativa centralizada, poderosa e despótica.

Mais tarde em sua obra, MARX sugere ainda que este Estado despótico Asiático adquire sua legitimidade a partir da aparente garantia de condições absolutamente essenciais para atividades produtivas desenvolvidas nas aldeias, como por meio justamente de projetos de irrigação, comunicação, etc. Há ainda dois desdobramentos interessantes a partir de sua posição de 1853:

Em outras ocasiões MARX atribui o caráter despótico do estado Asiático a dois outros fatores: a ausência de propriedade privada da terra por um lado e a existência de aldeias isoladas e autossuficientes.

MARX estava convencido do caráter singular da sociedade Indiana e essa singularidade consistia, para ele, na inexistência de propriedade privada sobre a terra – ou a do direito de propriedade do indivíduo sobre a terra. Esta é para ele a chave para a compreensão do sistema de direitos de posse da terra na Índia.

A ausência de propriedade privada da terra na Ásia aparece já em seus primeiros artigos jornalísticos sobre o tema para o NYDT em 1853 – reiterada com ramificações mais tarde no Livro I do Capital – ela é vista como resultando da propriedade do déspota sobre a totalidade das terras. Segundo o autor, os produtores rurais na Ásia não se defrontavam com um proprietário privado da terra, mas trabalhavam subordinados diretamente a um Estado que desempenhava uma função dupla de Soberano e também de proprietário da terra, de modo que as noções de imposto e aluguel da terra, nesse caso, se equivaliam.

Podemos afirmar, no entanto, que MARX vê na ausência de propriedade privada da terra a característica das sociedades asiáticas mais controversa. Isso fica claro pela maneira com que reiteradamente recomenda cautela a Engels diante da questão em sua correspondência, o próprio MARX chega a admitir em Junho de 1853:

The land, however, in India did not belong to the Government, the greater proportion of it being as much private property as the land in England, many of the natives holding their estates by titles six or seven hundred years old.⁴

Outra proposição correlata do Modelo Asiático de Produção, que acompanha a de inexistência de propriedade privada sobre a terra, retrata a formação social indiana como sendo composta por comunidades aldeãs. Na medida em que MARX estudava formações econômicas pré-capitalistas e rascunhava a seção de Grundrisse dedicada ao assunto, entre 1857-1858, o autor concluiu que uma característica básica das comunidades aldeãs asiáticas é a propriedade comunal sobre a terra (CHANDRA, 1983). Indivíduos recebem o direito de cultivar a terra apenas em virtude de serem membros da comunidade. Ele é tão somente o detentor do direito de posse sobre uma parcela da terra. Existem apenas propriedade comunal e posse privada. Por sobre essas numerosas comunidades aldeãs está o déspota a quem – por de uma maneira ou de outra representar o interesse comum a todos – pertence o produto excedente. Como o indivíduo não se torna proprietário jamais e permanece para sempre como mero detentor do direito de posse da terra comunal, ele mesmo é propriedade – uma espécie de escravo da comunidade, naquilo que MARX caracteriza como a generalizada escravidão do Oriente (MARX, 1965).

As comunidades aldeãs eram caracterizadas, segundo MARX, por uma indissociável união entre agricultura e manufatura que permitiam com que as comunidades aldeãs fossem autossuficientes (reunindo as condições necessárias para sua reprodução e produção de excedente) e virtualmente isoladas não apenas umas das outras como da sociedade como um todo. Dois aspectos desta união podem ser destacados: por um lado, artesão e camponês complementavam e prestavam serviços um ao outro, sendo o artesão integrado à aldeia como um servente de dentro da própria comunidade. Por outro lado, é essa combinação entre cultivo e artesanato no seio da família camponesa que representa a união doméstica entre agricultura e indústria (CHANDRA, 1981).

Ainda, o caráter autossuficiente e o virtual isolamento dessas aldeias eram fortalecidos pelo fato de possuírem organização social e política independentes e

⁴MARX & ENGELS, 1977.

separadas. Segundo MARX, cada vilarejo era dotado de sua própria quota de oficiais, fiscais e agentes de serviço comunitário, como policiais, guardas, professores, líderes religiosos, astrólogos, etc. que eram mantidos pela comunidade aldeã e que – bem como os artesãos-serventes – lidavam de todos os aspectos da vida na aldeia. A autossuficiência e o isolamento das comunidades aldeãs também eram acentuados pela virtual inexistência de estradas, de modo que a única forma de comunicação de uma dada comunidade aldeã com o mundo exterior se dava por meio da transferência unilateral do *social surplus* (MARX & ENGELS, 1977).

MARX atribui relevância econômica quase nula às cidades e aglomerados urbanos na Sociedade Asiática. Segundo o autor, elas existiam apenas onde suas localizações fossem particularmente favoráveis ao comércio externo ou quando o Rei e/ou seus agentes as utilizassem para gastar o excedente derivado das comunidades aldeãs – configurando-se assim como elementos externos –, de modo que tais cidades não possuiriam comércio interno e dinamismo orgânico quase algum. Ademais, o autor descreve a Sociedade Asiática como sendo caracterizada por uma espécie de indistinguível união entre campo e cidade.

Chandra afirma que as descobertas históricas trazidas com o avanço da ciência mostraram que em muitos sentidos as colocações de Marx no que diz respeito ao desenvolvimento foram especulativas e/ou equivocadas. No entanto, o tratamento que Marx dá às diferentes dinâmicas e ímpetus das transformações sofridas nas sociedades indiana – por um lado – e européias – por outro – apontam no sentido de uma percepção do caráter desigual com que essas sociedades trilharam, cada uma à sua maneira, os caminhos que as trouxeram até o mundo moderno. Essa é a expressão da visão do desenvolvimento como sendo não-linear e não-determinístico, abrindo caminho para a exploração das variadas trajetórias possíveis.

b) Desenvolvimento e Subdesenvolvimento a partir da discussão de Marx sobre a Índia.

Em uma de suas cartas enviadas ao pensador russo Nikolai Danielson (um dos tradutores do Capital para o idioma Russo), datada em Fevereiro de 1881, Marx retoma a discussão a respeito dos impactos do domínio britânico sobre a Índia:

What the English take from them annually in the form of rent, dividends for railways useless to the Hindus; pensions for military and civil service men, for Afghanistan and other wars, etc., etc. – what they take from them without any equivalent and quite apart from what they appropriate to themselves annually within India, speaking only of the value of the commodities the Indians have gratuitously and annually to send over to England – it amounts to more than the total sum of income of the sixty millions of agricultural and industrial labourers of India! This is a bleeding process, with a vengeance! The famine years are pressing each other and in dimensions till now not yet suspected in Europe! (MARX, 1881).

Esse posicionamento evidencia um contraste entre o posicionamento tomado em seus escritos sobre a Índia em 1853, nos quais Marx dava – em maior ou menor medida – boas-vindas ao advento do colonialismo Britânico na Índia. Em 1853, Marx o tratava, por um lado, como tendo sido o único acontecimento histórico capaz de dissolver aquilo que ele já esboçava como o Modo de Produção Asiático ali em vigor – imutável, um “beco sem saída” para o desenvolvimento da humanidade – e, por outro lado, sublinhava o papel regenerativo por ele desempenhado, atribuindo notadamente à implantação da rede de ferrovias um papel catalizador para o desenvolvimento de uma indústria moderna naquele país. Tal mudança se manifesta na carta enviada a Danielson em questão, onde Marx expressa a visão segundo a qual a implantação de ferrovias nos países onde uma indústria moderna não se havia desenvolvido ainda levaria à subordinação da economia local à lógica da exportação, servindo à acumulação de capital nos países onde a indústria já se havia desenvolvido.

Essa visão aponta em direção à interpretação segundo a qual já se pode identificar em Marx ao menos uma distinção entre países industrializados e países exportadores de matérias-primas por parte do autor; uma compreensão do desenvolvimento capitalista

como sendo um fenômeno que inclui de maneira inerente níveis díspares de desenvolvimento das forças produtivas entre os diferentes países/economias. Tal mudança de posicionamento pode ser atribuída ao crescente contato que Marx teria tido com intelectuais da periferia e ao seu envolvimento com o estudo acerca das lutas de povos periféricos (DE PAULA, 2015, p. 30). Nesse sentido, Marx já tinha tido contato com os relatos acerca das condições econômicas observadas na Índia por meio de correspondências da Primeira Internacional e também de documentos oficiais desde a década anterior à carta enviada a Danielson. É principalmente com base nos dados e conceitos formulados por Naoroji⁵ (HABIB, 2006, p. 57) que, em destrinchando as formas assumidas pelos fluxos de riqueza não compensados remetidos ao Reino-Unido em sua carta a Danielson, Marx descreve a dinâmica extrativa da relação colonial entre os dois países, inclusive a ela atribuindo a ocorrência de crises de fome e desabastecimento que a história mostrou posteriormente terem se agravado. A soma da cobrança de aluguéis pelo uso da terra, cuja propriedade passou a ser do Estado com as reformas introduzidas no último quartil do século XVIII; do pagamento de dividendos por ferrovias inúteis para a população local; de gastos com guerras como a Anglo-Afegã de 1839-1842, justificadas apenas por interesses geopolíticos britânicos de escopo global; e do valor das mercadorias remetidas gratuitamente ao Reino-Unido alcançariam uma soma equivalente à renda anual de 60 milhões de trabalhadores indianos. Estamos falando aqui de transferência de mais-valor.

No diz respeito ao plano cronológico dessa mudança, seu grande marco é tido como tendo se expressado em seus escritos sobre a experiência Irlandesa, sobre a qual começa a se debruçar a partir da década de 1860 e 1870. A síntese dessa virada pode ser feita da seguinte forma:

Fica claro que [...] Marx chegou durante a década de 1860 a uma distinção entre “atraso” e o que chamamos de “subdesenvolvimento”. A transformação agrária operada na Irlanda pela penetração do capital e das relações sociais correspondentes a ele não é vista por Marx como um desenvolvimento progressivo, mas ao contrário parece contribuir para a formação de entraves ao

⁵ NAOROJI, D (1901). *Poverty and Unbritish Rule*. Swan Sonnenschein & Co. Ltd, London.

desenvolvimento da indústria e à sofisticação da divisão social do trabalho. Se tomarmos esta distinção, então teremos que admitir a possibilidade de que existissem, para Marx, países “atrasados”, com baixo nível de desenvolvimento das relações capitalistas, e outros países “subdesenvolvidos”, com penetração de relações capitalistas, mas onde esta penetração ocorre a partir de relações capitalistas secundárias, transplantadas de um país industrial (ou de vários), e em função deste processo originário de acumulação, e não como um processo próprio de acumulação. (DE PAULA, 2014, p. 108).

A reflexão contemporânea empreendida por De Paula a respeito da existência na obra de Marx de uma noção de desenvolvimento que contempla níveis de subdesenvolvimento evidencia a relevância dos artigos de Marx sobre a Índia publicados em 1853 e e também do debate posterior, representado pela carta a Danielson. Essa discussão se revela ainda mais importante quando levamos em consideração a maneira com que o debate sobre a tratamento do tema do desenvolvimento em Marx foi restringida pela leitura hegemônica do “Marxismo Ortodoxo” durante boa parte do século XX a uma discussão geral a respeito do nível de desenvolvimento capitalista, sem a devida atenção as nuances feitas por Marx em relação aos diferentes níveis de desenvolvimento.⁶

Ademais, podemos acrescentar que esse debate – renovado e organizado de maneira crítica em torno do “Marxismo Ortodoxo” – torna a jogar luz sobre sobre as discussões relacionadas à Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado conferindo-lhes especial relevância nos dias atuais.⁷

Ainda no contexto desse debate acerca da noção de desenvolvimento em Marx, também podemos fazer referência ao posicionamento do filósofo e pensador indiano Aijaz Ahmad⁸, que relativiza a interpretação daqueles que acreditam observar uma

⁶ Sem nos aprofundarmos nessa discussão, podemos nos referir aqui a SALUDJIAN et al, 2013

⁷ Mais uma vez, sem nos aprofundarmos nessa discussão, podemos fazer referência à obra de Lenin, Trotsky, Luxemburgo e – no Brasil – Florestan Fernandes.

⁸ AHMAD, 1992.

ruptura na visão de Marx sobre o assunto e busca colocar seus escritos sobre a Índia em perspectiva, marcando posição contrária à defendida por Edward W. Said⁹.

Nesse sentido, podemos salientar uma série de argumentos que visam atingir uma compreensão de como as visões de Marx sobre a Índia se inserem na cronologia dos desdobramentos lógicos de sua obra, reconectando a visão expressa por Marx em seus artigos de 1853 com a visão mais plural expressa na carta a Danielson em 1881, por um lado recolocando os primeiros em contexto, por outro trazendo algumas de suas discussões para a realidade atual a partir de uma abordagem pragmática. Ahmad destaca que os escritos de Marx sobre a Índia foram a expressão da sua investigação a respeito dos anacronismos da sociedade indiana pré-colonial – uma ponderação crítica baseada num método de análise comparativa entre o estado das estruturas econômicas de vários modos de produção pré-capitalistas, incluindo uma preocupação acentuada no que diz respeito aos tipos e níveis de violência exigidos para a dissolução de tais modos de produção.

Os escritos de Marx sobre a Índia são marcados pela escassez de recursos de informações detalhadas sobre aquela região dos domínios britânicos no oriente, de modo que – como vimos no primeiro capítulo – boa parte do que Marx expressa como sendo suas visões sobre a Índia são reproduções muito similares às visões expressas por Hegel e nos relatos de viagem de Bernier. É importante salientar também que em meados do século XIX ainda havia pouca informação e até mesmo conhecimento sobre os desdobramentos nas periferias do fenômeno do Colonialismo, além do fato de que uma série de eventos históricos na cronologia do Colonialismo ainda não haviam acontecido – como a colonização da África pelas potências europeias, por exemplo. Àquela altura, não apenas o *gap* entre Índia e Reino-Unido ainda não tinha chegado nem perto dos contrastes observados ao fim do *Raj* Britânico, como nem mesmo os precursores do nacionalismo indiano, contemporâneos e até mesmo posteriores a Marx, se opunham de

⁹ Fazemos referência aqui a Edward W. Said (1978). *Orientalism*. Pantheon Books, onde o autor enxerga a obra de Marx como se inserindo dentro do marco do Orientalismo, i.e. como tendo uma visão segundo a qual o “Oriente” nada mais é que uma condescendente invenção Ocidental.

maneira crítica ao regime vigente. Pelo contrário, como explicita CHANDRA, a visão predominante entre eles era de – em maior ou menor medida – lhe dar boas vindas:

From R.C. Dutt, Dadabhai Naoroji and Ranade down to Jawaharlal Nehru and R. P. Dutt, the anti-imperialist writers have not really condemned the destruction of the pre-British economic structure, except nostalgically and out of the sort sympathy that any decent man would have, that, for example, Marx showed for the poor Hindu's loss of the old world. (CHANDRA, 1981)

Um dos temas abordados a partir dessa ótica é o do tratamento dado por Marx à questão das castas – que era já em meados do século XIX, quando da redação desses textos, e ainda hoje é um tema de extrema atualidade no que concerne o desenvolvimento na Índia. O entusiasmo de Marx com o advento do Colonialismo decorre da esperança de que ele fosse justamente ser capaz de destruir o sistema de castas. Num plano mais amplo, essa esperança de Marx reflete reflete uma visão onde haveria o desenvolvimento de um capitalismo autônomo, à imagem dos EUA. Por outro lado, essa esperança é expressão de uma motivação humanística herdada do iluminismo: uma questão de libertação humana.

Modern industry, resulting from the railway system, will dissolve the hereditary divisions of labor, upon which rest the Indian castes, those decisive impediments to Indian progress and Indian power. (MARX, 2007b, p. 223)

Neste capítulo foi feita a apresentação dos debates acerca da noção de desenvolvimento na obra de Marx utilizando como ponto de partida de seus escritos sobre a Índia. Na primeira subseção deste capítulo, apresentamos as características gerais do Modo de Produção Asiático, ao mesmo tempo em que buscamos compreender a visão de Desenvolvimento de Marx nela contida. Na segunda subseção, buscamos colocar em perspectiva esses escritos de Marx no que diz respeito à discussão a respeito da existência ou não em sua obra da existência da relação entre Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.

Conclusão Geral

Este estudo teve como problemática central a exploração da questão dos efeitos do Colonialismo/Imperialismo sobre as nações dominadas. Nesse contexto, empreendemos uma análise a partir dos textos de Marx sobre a Índia de 1853 nos quais pudemos aprofundar essa discussão nas dimensões em que ela se expressa na noção de Desenvolvimento das forças produtivas do autor.

Para tal finalidade, primeiro buscamos apresentar diretamente os textos utilizados como base para este estudo, esmiuçando o contexto em que foram escritos tanto no que diz respeito aos acontecimentos geopolíticos da época como no que diz respeito aos desdobramentos e à evolução da obra do autor, além de termos apresentado sucintamente os argumentos neles contidos. Em seguida, num segundo momento, nos debruçamos sobre as diferentes interpretações da obra de Marx no que diz respeito à sua visão do desenvolvimento, em especial relacionando os argumentos destacados com estas interpretações e colocando-os em perspectiva.

Depois de termos empreendido esta exposição do contexto dos escritos de Marx, no que se refere ao debate sobre o desenvolvimento das forças produtivas, pudemos concluir que, embora a obra de Marx seja complexa e por vezes pareça contraditória, existem fortes indícios de que Marx expressou em seus artigos sobre a Índia uma visão multilinear e não determinística do Desenvolvimento. No que diz respeito ao debate sobre a existência de uma percepção do fenômeno que relaciona o desenvolvimento ao subdesenvolvimento, podemos concluir que a obra de Marx e os escritos de Marx sobre a Índia já refletem uma compreensão embrionária do fenômeno do subdesenvolvimento.

Essa discussão também guarda especial importância para o aprofundamento do conhecimento da história do desenvolvimento da Índia.

Considerando a ampla relevância de toda a discussão sobre a noção de desenvolvimento presente em Marx e o espaço reduzido que esta monografia oferece para a exploração de suas variadas dimensões, limitamos a exposição dessa discussão aos seus

pontos principais. Uma discussão mais profunda poderia ser objeto de outros estudos de maior escopo.

Bibliografia

AHMAD, A. (1992). Marx on India: A Clarification. In: In Theory – Classes, Nations, Literatures. Ed: Verso. Londres.

AUGUSTO, A. G., MIRANDA, F. F., CORRÊA, H. F. S. (2015). O modo de produção asiático e os povos não-históricos em Marx. Disponível em http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_andre_guimaraes_augusto_flavio_miranda_hugo_figueira_souza_correa_o-modo-de-producao-asiatico-e-os-povos-nao_historicos-em-marx.pdf

BAYLEY, C. A. (1988). Indian Society and the Making of the British Empire. In: The New Cambridge History of India, II, 1. Cambridge: Cambridge University Press.

CHANDRA, B. (1981). Karl Marx, His Theories of Asian Societies, and Colonial Rule. In: Review (Ferdinand Braudel Center), Vol. 5, No. 1 (summer, 1981).

DE PAULA, P. G. (2014). Duas Teses Sobre Marx e o Desenvolvimento: Considerações Sobre a Noção de Desenvolvimento em Marx. Dissertação (Mestrado) IE/UFRJ – PPGE (2014).

_____ (2015). Main Interpretations of Marx' Notion of Development: A Critical Review. In: Science & Society, vol. 79, issue 4, pp. 582-601.

HABIB, I. (2006). Marx' Perception of India. In: Karl Marx on India, HUSEIN, I (ed.). New Delhi. Tulika Books.

HOBSBAWM, E. J. (1977). A era do Capital: 1848-1875. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora Paz e Terra (2017), 26ª edição.

MANDEL, E. (1971). The formation of the economic thought of Karl Marx. London: Monthly Review Press.

MARX, K & ENGELS, F. (1977). Textes sur le Colonialisme. Éditions du Progrès.

MARX, K. (1881). Letter from Marx to N. Danielson in St. Petersburg. 19/02/1881. Disponível em: http://www.marxists.org/archive/marx/works/1881/letters/81_02_19.htm

_____ (1965). Pre-Capitalist Economic Formations, HOBBSAWM, E. J. ed. New York: International Publishers

_____ (2007a). The British Rule in India. In: Dispatches for the New York Tribune: Selected Journalism of Karl Marx. LEDBETTER, J. (ed.), 2007. Publicado pela primeira vez em: New York Daily Tribune, 25 de Junho de 1853.

_____ (2007b). The Future Results of British Rule in India. Dispatches for the New York Tribune: Selected Journalism of Karl Marx. LEDBETTER, J. (ed.), 2007. Publicado pela primeira vez em: New York Daily Tribune, 8 de Agosto de 1853.

SALUDJIAN, A., CARCANHOLO, M. D., GUIMARÃES, A., CORRÊA, H., MIRANDA, F. (2013). Marx's theory of history and the question of colonies and non-capitalist world. IIPPE Seminar, La Haia, Julho.